

PROJETO DE LEI Nº , DE 2016

(Da Sra. MARIA DO ROSÁRIO)

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Margarida Alves.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscreva-se no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de Margarida Alves, herói das ligas camponesas e dos trabalhadores rurais do Brasil:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto pretende promover a justa e merecida inscrição do nome de Margarida Maria Alves, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, permanentemente depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

O “Livro de Aço” é atualmente composto por 46 brasileiros e brasileiras, tratando-se de homenagem a um variado conjunto de personalidades que o integram. Destaca-se, porém, a presença extremamente limitada de mulheres até os dias de hoje.

Muitas foram as brasileiras que ajudaram a construir o nosso país, lutaram por ideais de justiça e liberdade, mas apenas seis foram

reconhecidas como heroínas: Ana Nery, enfermeira durante a Guerra do Paraguai; Anita Garibaldi, heroína da Guerra dos Farrapos; Bárbara Pereira de Alencar, abolicionista e heroína da Revolução Pernambucana de 1817; Maria Quitéria; Joana Angélica; e Maria Felipa, mártires da Independência da Bahia.

A queda das barreiras formais à participação política feminina e de maneira paritária na sociedade como um todo, é extremamente recente. No Brasil, o direito ao voto e à representação parlamentar das mulheres se deu apenas a partir de 1932. Com um curto interstício democrático entre o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, a sub-representação feminina no legislativo e a ausência de mulheres nos primeiros escalões da política se manteve. Apenas no ano de 1982 uma mulher chefiou pela primeira vez um ministério, em 1990 foram eleitas as primeiras senadoras, em 1994 a primeira governadora e em 2010 a primeira presidenta da república. Este histórico, conjugado à permanência, ainda que remodelada, do sexismo, fez com que a conquista do sufrágio feminino não fosse suficiente para que as mulheres compartilhassem os espaços de poder com os homens.

Podemos dizer que em nossa sociedade o não-reconhecimento e a subordinação de status se faz presente, em função da existência de padrões institucionalizados de valor cultural que constituem alguns atores, dentre estes as mulheres, como inferiores, excluídos ou invisíveis. Nesse sentido a ausência de reconhecimento não se limita a uma esfera individual, e sim a uma relação institucionalizada de violação da justiça que impede a participação paritária na sociedade e, portanto, precisa ser enfrentada pelo Estado.

Lentamente o padrão de invisibilidade social e de alijamento das mulheres dos espaços de decisão vem se alterando, e temos a oportunidade de começar a reparar as injustiças que seguem sendo perpetradas contra estas. Para tal um conjunto de medidas precisam ser tomadas, dentre as quais está a de homenagear e narrar a história das nossas mulheres. Assim sendo, sugerimos a inserção de mais uma mulher de luta dentre as heroínas da Pátria.

Margarida Maria Alves foi uma paraibana nascida em agosto de 1933. Sindicalista, esteve à frente de mais de 600 ações trabalhistas, e realizou diversas denúncias ainda sob o signo da ditadura militar. Filha mais nova de uma família de nove irmãos, fundou o Centro de Educação e Cultura

do Trabalhador Rural, e foi eleita presidente do sindicato rural de Alagoa Grande em 1973, por meio do qual lutou pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais, à época bastante restritos quando comparados aos dos trabalhadores urbanos.

Sua atuação contrariou os interesses do proprietário da maior usina de açúcar local, bem como de senhores de engenho e de fazendeiros da região. Margarida, que três meses antes de ser assassinada disse que seria “melhor morrer na luta do que morrer de fome”, teve sua vida tirada por um assassino de aluguel com um tiro no rosto. No momento do disparo, ela estava em frente à sua casa, na presença do marido e do filho. Quando Margarida foi assassinada, 72 ações trabalhistas estavam sendo movidas contra os fazendeiros locais. Mesmo tendo tido repercussão internacional, nenhum dos criminosos foi responsabilizado por sua morte.

Hoje Margarida nomeia a marcha organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) que acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto, data de sua morte em 1983. A primeira edição, em 2000, reuniu cerca de 20 mil agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas de todo o Brasil. A marcha também foi realizada nos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015, e a quinta edição reuniu cerca de 100 mil manifestantes, fazendo desta a maior manifestação pelos direitos das mulheres no mundo.

No ano de 2015, enquanto a Marcha das Margaridas ocorria em Brasília, a líder rural Maria das Dores Salvador Priante foi sequestrada e assassinada com doze tiros no município de Iranduba, no estado de Amazonas – segundo as informações divulgadas, o assassinato teria sido realizado a mando de latifundiários após ameaças que haviam levado “Dona Dora” a registrar vinte boletins de ocorrência. O caso de “Dona Dora” demonstra 32 anos depois que a impunidade e a invisibilidade podem fazer novas vítimas.

A atual legislação define que serão registrados no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria brasileiros que: “tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”, requisito mais do que preenchido por Margarida.

Para que mulheres e meninas, em especial da zona rural, possam ser reconhecidas na história daquela que dizia que nunca fugiria da luta,

propomos a inserção de Margarida Alves no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Assim, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO